

# CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE JUNDIAÍ – CMPC

*Lei Municipal 9.633 de 14 de setembro de 2021*

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E TRES

Reuniram-se às 20 horas do dia sete de junho do ano de dois mil e vinte e três, pela plataforma Zoom, os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Política Cultural. A reunião ordinária foi presidida pelo Presidente Nelson Picchi Junior, e secretariada por mim, Clarina Ana Fasanaro, para a seguinte **PAUTA**: 1 - Aprovação da Ata da Plenária de 03 de maio de 2023; 2 - Lei Paulo Gustavo e Informes: Ofício enviado à UGC – Dia da Capoeira, Divulgação – Escuta dos Jovens Artistas para o Plano Municipal de Juventude e as datas da Conferência Municipal de Cultura, prevista de 07 a 10 de agosto de 2023.

1- Aprovação da Ata da Plenária de 03 de maio de 2023 – A Ata foi lida pela Secretária do CMPC, Clarina Fasanaro, e todos os presentes aprovaram.

2 – Lei Paulo Gustavo – O Presidente Nelson Picchi Junior salientou que a Mesa Diretoria definiu pauta única da Lei em questão tendo em vista a urgência da questão. Rosana Congílio solicitou que a Mesa Diretora dê um prazo de envio de pautas e também sugeriu que não deva ter filtragem de pautas, preservando a liberdade dos conselheiros. Rosana comentou sobre e-mail da Michele da Biblioteca, relativo ao Edital do 1º Prêmio Literário de Jundiaí, que será em Setembro. Apurou-se que o Nelson não recebeu a mensagem, devido ao erro na nomenclatura do e-mail: “picchijr” e não o correto [picchijr@gmail.com](mailto:picchijr@gmail.com). Ficou acertado entre todos pelo prosseguimento do Edital proposto, que inclusive já foi objeto análise pela Unidade de Gestão de Negócios Jurídicos e Cidadania. Nelson pediu para todos enviarem as demandas para o e-mail do Conselho e não no particular e disse que conforme as diretrizes e procedimentos ajustados em reunião do CMPC, qual seja, por e-mail, com cópia da Ata da deliberação da Câmara Setorial e no prazo de 10 dias anteriores à reunião do CMPC. Nelson disse que serão agendadas ao menos cinco reuniões para definição da destinação dos recursos da Lei Paulo Gustavo (LPG). Disse ser necessário um alinhamento de ações, informando os valores destinados à Jundiaí: Art. 5º, inciso I - R\$ 1.697.733,38 / Art. 5º, inciso II - R\$ 388.062,50 / Art. 5º, inciso III - R\$ 194.832,37 e Art. 8º - R\$ 923.851,51, totalizando R\$ 3.204.479,76. Foi apresentado um “power point” com a agenda das reuniões, a saber: 15, 21, 22, 28 e 29 de junho, salientando a importância da participação de todos e que até dia 10 de julho as ações deverão ser enviados ao Minc. Disse que o Conselho precisa ter protagonismo com relação à definição dessas ações e que as Câmaras Setoriais precisam definir suas prioridades, indicando a melhor forma de distribuição dos recursos. Nelson discorreu sobre os recursos do audiovisual, fazendo a leitura das ações dos incisos relativos ao Art. 5º da LPG. Posteriormente passou a tratar do Art.8º onde estão situadas as demais linguagens e fez a leitura de todas as possibilidades de utilização dos recursos deste artigo. Nelson disse que a Mesa Diretora se reuniu

com o Gestor de Cultura, Marcelo Peroni, e que trataram sobre a urgência da deliberação do Conselho com relação à utilização desses recursos, criando um Plano de Ação para tanto. Solicitou que as Câmaras se reúnam para tratar do tema apresentando sugestões e que serão realizadas audiências públicas. Disse que as reuniões serão presenciais para serem mais produtivas, que será feita uma divulgação maciça e que no dia 29/06 será a finalização com a definição das ações. Rosana pediu que seja feita uma arte para fazer a divulgação. Paulo salientou a necessidade de definição de todas as reuniões, visto que o Nelson propôs mais datas, além das já mencionadas. Foi agendado dia 08/06 – reunião do audiovisual, dia 15/06 – consulta pública, dia 21/06 – reunião do CMPC com as Câmaras Setoriais, dia 22/06 – audiência pública. Dia 28/06 é com o CMPC para definições finais e 29/06 para a apresentação da proposta final. Todos os presentes aprovaram o Plano de Ação proposto. Nelson disse que no momento o foco é a definição das ações e que posteriormente virão os editais, onde as câmaras deverão propor suas ações. Gislaíne da Silva disse que talvez o audiovisual não consiga absorver todo o recurso e que todas as linguagens poderiam dialogar com o audiovisual. Nelson disse que a câmara de audiovisual influiu com as perspectivas que a LPG proporcionou e que um grande número de profissionais da área se uniram. Clarina perguntou sobre um ponto de partida para as Câmaras iniciarem os debates e que a definição de valores para cada linguagem é importante para que possam propor as ações. Gislaíne disse que o trabalho do Conselho com a Lei Aldir Blanc foi muito assertivo e que agora poderia seguir na mesma linha. Rita falou sobre a diversificação de projetos e que a Unidade de Gestão tem dificuldade de projetos para determinados eventos. Luan falou do Cadastro de Artista, da dificuldade dos artistas em se cadastrar, que o sistema é ruim e que não conseguem cadastrar projetos. Rita admitiu falhas no sistema do Cadastro e disse que não depende da UGC, mas que os artistas precisam se comunicar com a UGC relatando os problemas por e-mail. Luan disse que as contratações do teatro estão sendo através do Cadastro de artistas e a Rita disse que todos os eventos da UGC, bem como de outras Unidades são feitas através dos projetos inscritos no Cadastro. Paulo sugeriu que seja solicitado um esclarecimento à UGC com relação às formas de busca de projetos visando contratação, visando esclarecer os artistas. Clarina Fasanaro salientou ter dúvidas sobre a questão já que para a Festa da Uva foi feita uma inscrição à parte, agora está em andamento o Cultura Mais e os artistas ficam em dúvida, achando que basta se inscrever nos Editais, já que o Cultura Mais traz no Edital que se destina a todos os eventos. Rita disse que todos os canais são utilizados, de acordo com a necessidade, na medida em que o Cultura Mais não atende a projetos específicos. Rita falou sobre diversidade de projetos, que muitos artistas repetem os mesmos projetos. Clarina disse que isso não é um problema, que no Cultura nos Bairros, cada local terá um público, nunca é o mesmo público. Disse ainda que não é fácil para um artista ter 4 ou 5 projetos prontos para realizar. Luan fez uma pergunta: se seu projeto foi selecionado no Cultura Mais, ele deve inscrever o mesmo projeto no Cadastro? Concordeu com a Clarina sobre o sistema gerar dúvidas e que o público é diverso. Bell salientou que o Cultura Mais tem limite de contratação, portanto o projeto deve estar também no Cadastro de Artistas. Paulo voltou a insistir

no envio de ofício à UGC para esclarecer critérios sobre as contratações. Nelson retomou o assunto da Lei Paulo Gustavo e Clarina pediu a palavra para falar sobre a proposta da Câmara de Música de que nos Editais relativos ao Artigo 8º da LPG, os projetos devam ser totalmente independentes, fomentando a produção independente, já que a UGC possui orçamento e plano de ações que o Cultura Mais vai contemplar. Disse ainda que a liberdade para o artista levar seu projeto de forma descentralizada para equipamentos nos bairros pode ser uma forma da Cultura chegar onde a UGC não chega. Paulo disse que esses debates serão importantes na elaboração dos Editais.

Nelson se manifestou visando o encerramento da reunião e pediu para a Clarina ler os informes. Foi comunicado sobre o pedido da Câmara Setorial de Cultura Popular com relação ao Dia da Capoeira, cujo ofício já foi encaminhado. Clarina também salientou a importância da divulgação da pesquisa para ouvir os jovens artistas visando a elaboração do Plano Municipal da Juventude. Solicitou a todos a divulgação da pesquisa. Comunicou também que a Conferência Municipal de Cultura será de 07 a 09 de agosto, à noite. Rita falou sobre as dúvidas com relação aos eixos, inclusive pensando-se em aumentar mais um dia. Clarina disse que seria melhor manter de segunda à quinta em função dos artistas trabalharem mais em finais de semana. Gislaine salientou, sobre a Lei Paulo Gustavo, a questão das cotas e Nelson disse que na elaboração dos Editais isso será considerado, respeitando os termos da Lei.

**Sem mais nada a discutir**, a reunião foi finalizada às 22h10 pelo conselheiro e presidente do CMPC Nelson Picchi Junior. Eu, Clarina Ana Fasanaro, lavrei a presente ata. Participaram como convidados: Valéria de Paula Ignácio, Leene Marques, Lucas Moreira, Luiz Rodriguez, Marcelo Silva, Mylla Moreira, Rodrigo Malagoli, Rogério Almeida, Tomás Albuquerque de Souza, Vitor Silva, Valéria Fonseca e Vanderlei Vitorino. **A reunião contou com a participação dos conselheiros:** Nelson Picchi Junior – Titular Audiovisual, Clarina Ana Fasanaro e Bel Rebello – Titular e Suplente da Música, Rosana Congílio – Titular Literatura, Paulo Henrique dos Santos Rosa – Suplente Cultura Popular, Tradicional e Urbana, Luan Henrique da Silva – Titular Teatro, Eliane Diana Nunes e Gislaine Cristina da Silva – Titular e Suplente Economia Criativa e/ou Produtores e Gestores Culturais, Rita de Cássia Carvalho – Titular UGC, Luciana de Assis Cirio da Costa – Suplente UGC, Paulo Fernando de Almeida – Titular Assessoria de Políticas de Direitos Humanos, Jensen da Silva – Titular Assessoria de Políticas para a Igualdade Racial, Alessandra de Araújo Citelli – Titular Assessoria de Políticas para o Idoso e Luciana Paulino Santos – Suplente da Unidade de Gestão de Educação.

Jundiaí/SP, sete de junho do ano de dois mil e vinte e três.

NELSON PICCHI JUNIOR  
Presidente do CMPC  
CLARINA ANA FASANARO  
Secretária do CMPC